

# **Demonstrações Financeiras**

## **Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.**

31 de dezembro de 2025  
com Relatório do Auditor Independente



**RELEASE DE RESULTADOS**

Divulgação Imediata

**2025**

## DESEMPENHO OPERACIONAL

As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

### RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	2025
<b>VEPs<sup>1</sup></b>	<b>37 201</b>
Veículos Leves	8 723
Veículos Pesados	28 477
<b>Tráfego<sup>2</sup></b>	<b>14 401</b>
Veículos Leves	8 638
Veículos Pesados	5 763
<b>Tarifa Média (R\$)</b>	<b>12,68</b>

<sup>1</sup> VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

<sup>2</sup> Refere-se a quantidade de veículos pagantes que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

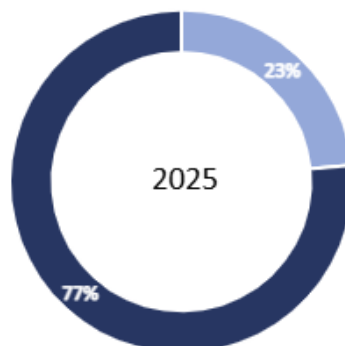
Em comparação a 2023, último ano completo da concessão anterior, o Tráfego Equivalente Pagante em 2025 apresentou crescimento de 6,5% no mesmo período. Mesmo diante de um aumento tarifário médio relevante em relação à concessão anterior, a demanda mostrou-se resiliente, com crescimento consistente ao longo do período.

Varição no transporte de Veículos Dessazonalizado <sup>1, 2</sup>	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Dez/25 sobre Jan-Dez/24): Brasil	2,7%	2,5%	2,6%

<sup>1</sup> Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

<sup>2</sup> Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <https://melhoresrodovias.org.br/indice-abcr/>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil), para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 2,6% no fluxo total de veículos até 31 de dezembro de 2025, comparado com o mesmo período do ano anterior



■ Veículos Leves ■ Veículos Pesados

Em 2025, o tráfego foi majoritariamente composto por veículos pesados (77%), enquanto os veículos leves representaram 23%, evidenciando o perfil logístico da rodovia e sua relevância para o transporte de cargas.

## DESEMPENHO FINANCEIRO

### RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ mil)	2025	2024	Δ
<b>Receita Bruta</b>	<b>777.180</b>	-	<b>100,0%</b>
Receita de Construção (IFRS)	305.327	-	100,0%
<b>Receita Bruta Ajustada<sup>1</sup></b>	<b>471.853</b>	-	<b>100,0%</b>
Receitas com Pedágio	471.608	-	100,0%
Receitas Acessórias	245	-	100,0%
Outras	-	-	100,0%
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(39.345)</b>	-	<b>100,0%</b>
<b>Receita Líquida Ajustada<sup>1</sup></b>	<b>432.509</b>	-	<b>100,0%</b>

<sup>1</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

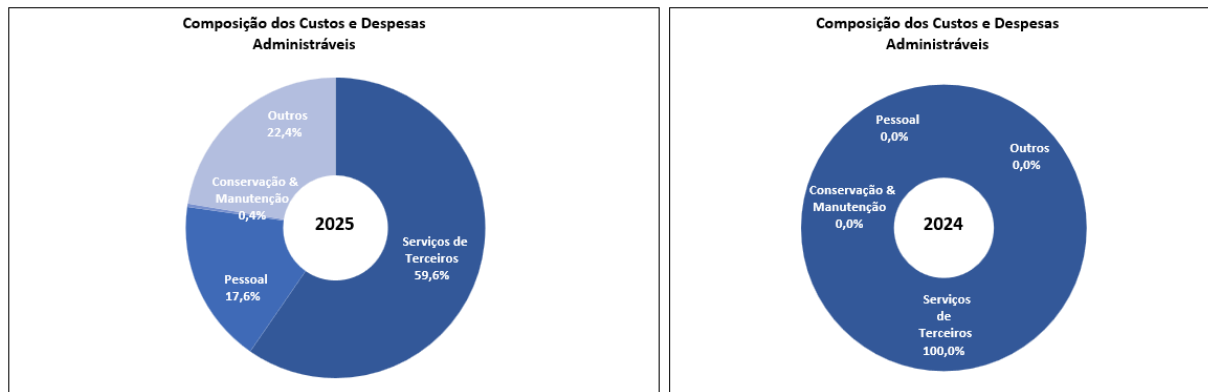
A Receita Operacional Bruta totalizou R\$ 777,2 milhões no exercício de 2025, refletindo o início das operações da concessão em 11 de março de 2025. A Receita Líquida Ajustada alcançou R\$ 432,5 milhões no período, composta majoritariamente pelas receitas com pedágio.

### CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ mil) <sup>1</sup>	2025	2024
Pessoal	(36.134)	-
Conservação & Manutenção	(746)	-
Serviços de Terceiros	(122.574)	(11.789)
Seguros	(5.776)	-
Locações de imóveis e máquinas	(1.178)	-
Outras despesas operacionais	(39.206)	-
<b>Custos &amp; Despesas Administráveis</b>	<b>(205.615)</b>	<b>(11.789)</b>
Custo verba fiscalização	(8.235)	-
Depreciação & Amortização	(4.612)	(47)
Despesas com tributos e contribuições	(426)	(572)
Outras Receitas	2.304	-
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais Ajustados<sup>2</sup></b>	<b>(216.585)</b>	<b>(12.408)</b>
Custo de Construção (IFRS)	(305.327)	-
Provisão de Manutenção (IFRS)	(15.575)	-
Provisões Regulatórias	(41.580)	-
Provisões Cíveis	(59)	-
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais</b>	<b>(579.126)</b>	<b>(12.408)</b>

<sup>1</sup> A abertura entre custos e despesas operacionais consta da NE 19

<sup>2</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção, à Provisão de Manutenção e às Provisões Regulatórias, Cíveis e Trabalhistas



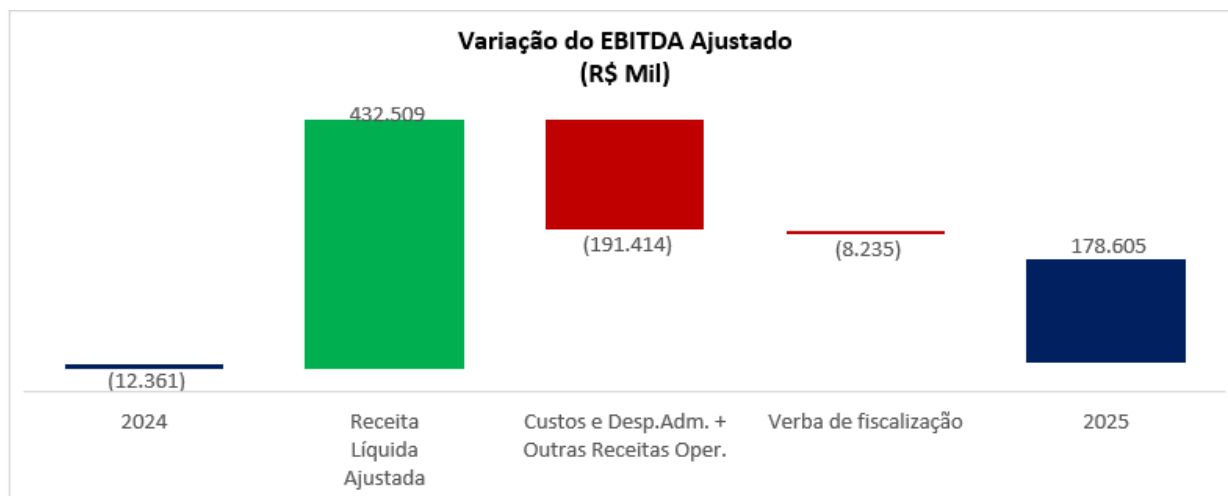
## EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	2025	2024	Δ
Lucro Líquido	119.407	(7.630)	-1665,0%
Despesas e Receitas Financeiras Líquidas	(22.036)	(847)	2501,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(36.811)	(3.931)	836,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	98.149	-	
Depreciação e Amortização <sup>1</sup>	4.262	47	8968,4%
<b>EBITDA ICVM 527</b>	<b>162.971</b>	<b>(12.361)</b>	<b>-1418,4%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>37,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>37,7 p.p.</b>
Provisão de Manutenção (IFRS)	15.575	-	
Provisão para Contingências	59	-	
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>178.605</b>	<b>(12.361)</b>	<b>-1544,9%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada</b>	<b>41,3%</b>	<b>0,0%</b>	<b>41,3 p.p.</b>

<sup>1</sup>O valor apresentado em depreciação e amortização não contempla a amortização do direito de uso. Em razão disso, os montantes não conciliam com os valores divulgados na nota de custos das Demonstrações Financeiras (DF) e na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 178,6 milhões no exercício de 2025, em comparação a resultado negativo no exercício anterior, refletindo o início das operações da concessão em 11 de março de 2025. A Margem EBITDA Ajustada atingiu 41,3% no período.

O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA ICVM 527, acrescido dos efeitos de itens não caixa, principalmente (i) provisão de manutenção, relacionada às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida em níveis adequados de serviço ou de recuperá-la ao final do contrato de concessão, conforme estabelecido pelo Poder Concedente, e (ii) provisão para contingências.



A variação do EBITDA Ajustado no exercício de 2025 reflete, substancialmente, o início das operações da concessão em 11 de março de 2025. O indicador evoluiu de um resultado negativo de R\$ 12,3 milhões em 2024 para R\$ 178,6 milhões em 2025.

Esse desempenho foi impulsionado principalmente pelo reconhecimento da Receita Líquida Ajustada, que contribuiu com R\$ 432,5 milhões no período, parcialmente compensado pelos custos e despesas operacionais e administrativas, líquidos de outras receitas operacionais, no montante de R\$ 191,4 milhões, além do efeito referente ao custo com verba de fiscalização, que totalizaram R\$ 8,2 milhões.

## RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2025	2024
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>22.036</b>	<b>847</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>23.279</b>	<b>847</b>
Juros sobre aplicações financeiras	17.903	847
Juros com partes relacionadas	-	-
Ajuste a valor presente sobre manutenção de pavimento	5.304	-
Outros receitas	72	-
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(1.243)</b>	<b>-</b>
Juros e variação monetária sobre debêntures	-	-
Variações monetárias	(390)	-
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	-
Juros de arrendamento	(277)	-
Outros	(576)	-

<b>Inflação e Juros</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Δ</b>
IPCA Últimos 12 meses	4,26%	4,83%	-0,6 p. p.
CDI acumulado Últimos 12 meses	14,33%	12,15%	2,2 p. p.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=series-historicas>  
<https://estatisticas.cetip.com.br>  
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tijp>

O resultado financeiro foi positivo em R\$ 22,0 milhões em 2025, ante R\$ 0,9 milhão em 2024, refletindo o início das operações e o maior volume de aplicações financeiras no período.

As receitas financeiras, de R\$ 23,3 milhões, foram impulsionadas principalmente pelos rendimentos sobre aplicações, favorecidos pelo CDI mais elevado no período (14,3% em 2025, ante 10,9% em 2024), enquanto as despesas financeiras totalizaram R\$ 1,2 milhão.

## RESULTADO DO EXERCÍCIO

<b>Resultado Líquido (R\$ mil)</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Δ</b>
Resultado do Período	119.407	(7.630)	-

O resultado líquido foi positivo em R\$ 119,4 milhões no exercício de 2025, em comparação ao prejuízo de R\$ 7,6 milhões registrado em 2024, refletindo, principalmente, o início das operações da concessão em 11 de março de 2025 e a consequente geração de resultados operacionais ao longo do período.

## DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento	2025	2024
Dívida Bruta	-	-
Curto Prazo	-	-
Debêntures	-	-
Longo Prazo	-	-
Debêntures	-	-
<b>Disponibilidades</b>	<b>89.714</b>	<b>137.899</b>
Caixa e equivalentes de caixa	89.714	137.899
Aplicações Financeiras Vinculadas <sup>1</sup>	-	-
<b>Dívida Líquida Ajustada</b>	<b>89.714</b>	<b>137.899</b>

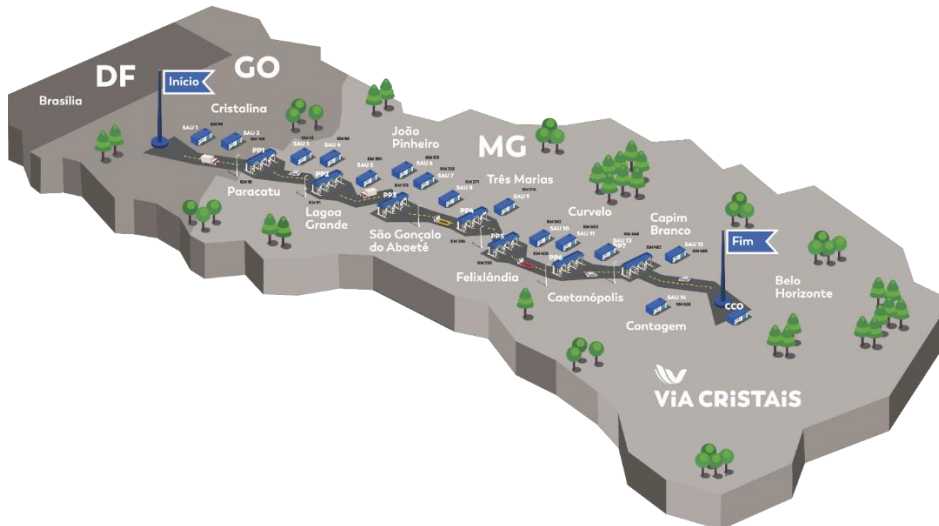
<sup>1</sup> Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado compromissados

## PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	2025	2024
<b>Investimento Total</b>	<b>327.664</b>	<b>2.760</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>14.172</b>	<b>2.760</b>
<b>Intangível</b>	<b>313.492</b>	<b>-</b>
Direito de Concessão (Investimento)	312.182	-
Software	1.310	-

## SOBRE A COMPANHIA

### VIA CRISTAIS



A Via Cristais é a concessionária responsável pela administração, operação e manutenção de 594,8 quilômetros da BR-040, no trecho compreendido entre Belo Horizonte (MG) e Cristalina (GO), abrangendo importantes municípios como Contagem, Ribeirão das Neves, Sete Lagoas, Paraopeba, Curvelo, Felixlândia, São Gonçalo do Abaeté, Lagoa Grande, João Pinheiro e Paracatu, além de Cristalina. Trata-se de um corredor logístico de elevada relevância para a integração entre as regiões Sudeste e Centro-Oeste do País.

Em 26 de setembro de 2024, foi realizado o leilão da concessão, tendo a VINCI Highways se consagrado vencedora do certame. A formalização do contrato ocorreu em 10 de fevereiro de 2025, consolidando o compromisso para a execução dos serviços concedidos.

O contrato de concessão estabelece a execução de um amplo plano de investimentos ao longo do prazo contratual, contemplando intervenções estruturais, ampliação de capacidade, melhorias operacionais e ações voltadas à elevação dos padrões de segurança viária e de nível de serviço.

A infraestrutura operacional contempla sete praças de pedágio localizadas nos municípios de Capim Branco, Sete Lagoas, Paraopeba/Curvelo, Felixlândia, São Gonçalo do Abaeté, Lagoa Grande e Paracatu.

Adicionalmente, a Companhia dispõe de 14 Bases de Serviços de Atendimento ao Usuário (SAUs) distribuídas ao longo do trecho concedido, garantindo cobertura integral da rodovia, com atendimento 24 horas, incluindo serviços de inspeção de tráfego, atendimento pré-hospitalar por meio de ambulâncias, socorro mecânico com guinchos e suporte operacional aos usuários.

A operação é suportada por sistemas de monitoramento e controle, que permitem o acompanhamento em tempo real das condições de tráfego e a rápida resposta a ocorrências, contribuindo para a eficiência operacional e a mitigação de riscos.

Subsidiária da VINCI Highways, referência global em concessões rodoviárias e mobilidade, a Via Cristais incorpora práticas avançadas de gestão, engenharia e sustentabilidade, alinhadas aos mais elevados padrões internacionais, com foco na excelência operacional, na geração de valor para os usuários e no desenvolvimento socioeconômico das regiões atendidas.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	2025	2024
<b>Receita Bruta</b>	<b>777.180</b>	-
Receitas com Pedágio	471.608	-
Receitas Acessórias	245	-
Receita de Construção (IFRS)	305.327	-
Deduções da Receita Bruta	(39.345)	-
Outros	-	-
<b>Receita Líquida</b>	<b>737.835</b>	-
<b>Custos &amp; Despesas</b>	<b>(579.126)</b>	<b>(12.408)</b>
Pessoal	(36.134)	-
Conservação & Manutenção	(746)	-
Operacionais	(122.574)	(11.789)
Locações de imóveis e máquinas	(1.178)	-
Outras despesas operacionais	(39.206)	-
Outorga Variável + Ônus de Fiscalização	(8.235)	-
Seguros	(5.776)	-
Custo de Construção (IFRS)	(305.327)	-
Provisão de Manutenção (IFRS)	(15.575)	-
Provisões Regulatórias	(41.580)	-
Provisões Cíveis	(59)	-
Depreciação & Amortização	(4.612)	(47)
Despesas com tributos e contribuições	(426)	(572)
<b>Outras receitas</b>	<b>2.304</b>	-
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>158.709</b>	<b>(12.408)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>22.036</b>	<b>847</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>23.279</b>	<b>847</b>
Juros sobre Aplicações Financeiras	17.903	847
Juros com partes relacionadas	-	-
Outros	5.375	-
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(1.243)</b>	-
Juros e variação monetária sobre debêntures	-	-
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	-
Juros de arrendamento	(277)	-
Outros	(966)	-
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>180.745</b>	<b>(11.561)</b>
Imposto de Renda Corrente	(72.079)	-
Contribuição Social Corrente	(26.070)	-
<b>IR &amp; CSL Correntes</b>	<b>(98.149)</b>	-
Imposto de Renda Diferido	27.067	2.892
Contribuição Social Diferida	9.744	1.041
<b>IR &amp; CSL</b>	<b>36.811</b>	<b>3.931</b>
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>119.407</b>	<b>(7.630)</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL**

<b>Ativo (R\$ Mil)</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Ativo Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	89.714	137.899
Aplicações financeiras vinculadas	23	-
Contas a receber	39.614	-
Estoques	1.893	318
Adiantamento a fornecedores	7.375	1.076
Despesas antecipadas	859	-
Tributos a recuperar	28	1.124
Outros ativos		
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>139.506</b>	<b>140.417</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		
Ativo fiscal diferido	40.742	3.931
Despesas antecipadas	453	-
Aplicações financeiras vinculadas	8.933	-
Imobilizado	14.172	2.760
Intangível	313.492	-
Direito de uso	8.177	-
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>385.969</b>	<b>6.691</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>525.475</b>	<b>147.108</b>

<b>Passivo (R\$ Mil)</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Passivo Circulante</b>		
Fornecedores	61.675	3.381
Obrigações trabalhistas e sociais	14.770	-
Obrigações tributárias	57.506	785
Provisão de riscos compartilhados	31.557	-
Dividendos	106.188	-
Partes relacionadas	61.621	-
Outras provisões	3.314	-
Outras obrigações	9.528	-
Adiantamentos	3.070	-
Arrendamento	3.684	-
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>352.913</b>	<b>4.166</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>		
Provisões para contingências	59	-
Provisão para manutenção	10.661	-
Outras obrigações	417	-
Passivo de arrendamento	5.264	-
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>16.401</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Capital social	300.700	300.700
Capital a integralizar	(150.128)	(150.128)
Reserva legal	5.589	-
Lucro (Prejuízo) acumulados	-	(7.630)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>156.161</b>	<b>142.942</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>525.475</b>	<b>147.108</b>

## **RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes foi contratada para a prestação do serviço de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

## **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 80/22)**

A Diretoria da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou:

- (a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes período findo em 31 de dezembro de 2025.

Contagem 27 de abril de 2026

Tulio Toledo Abi Saber

Diretor - Presidente

François Xavier Marie Gabriel Arhanchiague

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Adilson Ernesto da Silva

Contador CRC MG 1SP266387/O-7

# Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração dos resultados.....	6
Demonstração dos resultados abrangentes .....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10



Shape the future  
with confidence

Iguatemi Business  
Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 900 – Torre 2  
Vila do Golfe  
14027-250 - Ribeirão Preto – SP - Brasil  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Administradores, Conselheiros e Acionistas da  
**Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.**  
Contagem - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



**Shape the future  
with confidence**

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future  
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 27 de abril de 2026

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-044415/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Humberto Fernandes de Oliveira Filho', written over a horizontal line.

Humberto Fernandes de Oliveira Filho  
Contador CRC GO-018446/O

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Balço patrimonial  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	89.714	137.899
Aplicações financeiras vinculadas		23	-
Contas a receber	5	39.614	-
Estoques		1.893	318
Tributos a recuperar		28	1.124
Adiantamentos a fornecedores		7.375	1.076
Despesas antecipadas		859	-
Total do ativo circulante		<u>139.506</u>	<u>140.417</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras vinculadas		8.933	-
Ativo fiscal diferido	6.b	40.742	3.931
Despesas antecipadas		453	-
		<u>50.128</u>	<u>3.931</u>
Imobilizado	8	14.172	2.760
Intangível	9	313.492	-
Direito de uso	7.a	8.177	-
Total do ativo não circulante		<u>385.969</u>	<u>6.691</u>
Total dos ativos		<u>525.475</u>	<u>147.108</u>

	<b>Nota explicativa</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	10	<b>61.675</b>	3.381
Obrigações trabalhistas e sociais		<b>14.770</b>	-
Obrigações tributárias	11	<b>57.506</b>	785
Provisão de riscos compartilhados	12	<b>31.557</b>	-
Partes relacionadas	14	<b>61.621</b>	-
Outras provisões		<b>3.314</b>	-
Outras obrigações	15	<b>9.528</b>	-
Dividendos a pagar	17.b	<b>106.188</b>	-
Adiantamentos de clientes		<b>3.070</b>	-
Passivo de arrendamento	7.b	<b>3.684</b>	-
Total do passivo circulante		<b>352.913</b>	4.166
Não circulante			
Provisões para contingências	13.a	<b>59</b>	-
Provisão para manutenção	16	<b>10.661</b>	-
Outras obrigações	15	<b>417</b>	-
Passivo de arrendamento	7.b	<b>5.264</b>	-
Total do passivo não circulante		<b>16.401</b>	-
Total do passivo		<b>369.314</b>	4.166
Patrimônio líquido			
Capital social	17.a	<b>300.700</b>	300.700
Capital a integralizar		<b>(150.128)</b>	(150.128)
Reserva legal		<b>5.589</b>	-
Lucro (prejuízo) acumulado		-	(7.630)
Total do patrimônio líquido		<b>156.161</b>	142.942
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>525.475</b>	147.108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto pelo resultado por ação)

	<b>Nota explicativa</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Receita operacional líquida	18	<b>737.835</b>	-
Custo dos serviços prestados	19	<b>(478.366)</b>	-
Lucro bruto		<b>259.469</b>	-
Despesas gerais e administrativas	19	<b>(103.064)</b>	(12.408)
Outras receitas	19	<b>2.304</b>	-
Lucro (prejuízo) operacional		<b>158.709</b>	(12.408)
Receitas financeiras	20	<b>23.279</b>	847
Despesas financeiras	20	<b>(1.243)</b>	-
Resultado financeiro		<b>22.036</b>	847
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos		<b>180.745</b>	(11.561)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	6.a	<b>(98.149)</b>	-
Diferidos	6.b	<b>36.811</b>	3.931
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<b>119.407</b>	(7.630)
Resultado por ação básico e diluído - R\$		<b>0,40</b>	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais - R\$ mil )

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	119.407	(7.630)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>119.407</u>	<u>(7.630)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais - R\$ mil )

	Nota explicativa	Capital social			Lucros / (prejuízos) acumulados	Total
		Subscrito	A Integralizar	Reserva legal		
Saldo em 06 de novembro de 2024		300.700	(300.700)	-	-	-
Integralização de capital social	17.a	-	150.572	-	-	150.572
Prejuízo do exercício		-	-	-	(7.630)	(7.630)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		300.700	(150.128)	-	(7.630)	142.942
Lucro do exercício		-	-	-	<b>119.407</b>	<b>119.407</b>
Constituição de Reserva legal	17.c	-	-	<b>5.589</b>	<b>(5.589)</b>	-
Dividendos mínimo	17.b	-	-	-	<b>(26.548)</b>	<b>(26.548)</b>
Dividendos adicional	17.b	-	-	-	<b>(79.640)</b>	<b>(79.640)</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2025		<b>300.700</b>	<b>(150.128)</b>	<b>5.589</b>	-	<b>156.161</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		119.407	(7.630)
Ajustes de:			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	5	1.379	-
Provisão de fornecedores		6.513	-
Provisão de riscos compartilhados de tráfego e DUF	12	31.557	-
Provisão de contingências cíveis	13	59	-
Provisão com partes relacionadas	14	61.621	-
Outras provisões		3.316	-
Provisão recursos vinculados	15	9.036	-
Provisão para manutenção - pavimento	16	10.661	-
Baixas de ativos imobilizados e intangíveis	8 e 9	96	-
Depreciações e amortizações	7,8 e 9	4.612	47
Impostos diferidos	6.b	(36.811)	(3.931)
Impostos correntes	6.a	98.149	-
Juros incorridos sobre arrendamento	7	277	-
		<b>309.872</b>	<b>(11.514)</b>
Contas a receber	5	(40.992)	-
Aplicações financeiras vinculadas		(8.956)	-
Estoques		(1.577)	(318)
Tributos a recuperar		944	(1.124)
Adiantamentos		(3.229)	(1.076)
Despesas antecipadas		(1.313)	-
Fornecedores		18.278	3.381
Obrigações trabalhistas e sociais		14.769	-
Obrigações tributárias	11	5.561	785
Outras obrigações	15	910	-
Juros pagos sobre arrendamento	7	(277)	-
IR/CS Pago no período		(46.836)	-
		<b>247.154</b>	<b>(9.866)</b>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de itens de imobilizado	8	(12.974)	(2.807)
Aquisições de itens de intangível	9	(281.911)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<b>(294.885)</b>	<b>(2.807)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital social		-	150.572
Pagamento de principal de passivo de arrendamento		(454)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		<b>(454)</b>	<b>150.572</b>
(Redução)/aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<b>(48.185)</b>	<b>137.899</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	137.899	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	89.714	137.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional**

A Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A. (“Companhia” ou “Via Cristais”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com o propósito específico de explorar, mediante contrato de concessão, o sistema rodoviário que interliga os municípios de Belo Horizonte/MG a Cristalina/GO.

A Companhia foi constituída em 06 de Novembro de 2024 e celebrou Contrato de Concessão com a União/Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT/Governo do Estado em 10 de Fevereiro de 2025, pelo prazo de 30 anos, contados da data de 10 de Março de 2025, podendo ser prorrogado nos termos do contrato.

O objeto do Contrato de Concessão compreende a exploração da infraestrutura rodoviária, incluindo a administração, operação, conservação, manutenção, monitoração, implantação de melhorias e ampliação de capacidade, bem como a prestação de serviços aos usuários, mediante a cobrança de pedágio e outras receitas acessórias previstas contratualmente.

A remuneração da Companhia decorre, substancialmente, da arrecadação de tarifas de pedágio, reajustadas e revisadas conforme mecanismos estabelecidos no Contrato de Concessão e na regulamentação aplicável. Adicionalmente, a Companhia poderá auferir receitas acessórias, tais como exploração de áreas comerciais, publicidade, serviços de telecomunicações e outras atividades autorizadas pelo Poder Concedente.

Nos termos do Contrato de Concessão, a Companhia assumiu obrigações de investimentos iniciais e periódicos, incluindo obras de ampliação, melhorias e manutenção do sistema rodoviário, observando os parâmetros de desempenho e níveis de serviço estabelecidos pelo Poder Concedente.

Ao término do prazo da concessão, todos os bens reversíveis vinculados à prestação dos serviços serão revertidos ao Poder Concedente, nas condições previstas contratualmente.

A Companhia tem sua sede localizada em Av. Wilson Tavares Ribeiro, 1651 - CEP 32183-680, Contagem/MG, estando sujeita à regulamentação e fiscalização do Poder Concedente e da respectiva agência reguladora.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 213.407. A Administração realiza o acompanhamento contínuo e a gestão econômico-financeira da Companhia, sendo que a posição de capital circulante é influenciada, principalmente, por provisões decorrentes de transações com partes relacionadas, no valor de R\$ 61.621.

No primeiro trimestre de 2026, a Companhia recebeu aporte de capital no montante de R\$ 157.000, realizado por sua controladora, referente à integralização de capital anteriormente subscrito, contribuindo para o fortalecimento de sua estrutura financeira e da liquidez de curto prazo. Adicionalmente, já se encontra aprovado pelo Conselho de Administração novo aporte de capital no montante de R\$ 40.000, evidenciando o contínuo suporte dos acionistas à sustentação financeira da Companhia.

Cumprir destacar que, em razão dos procedimentos contábeis adotados, embora as receitas de

## **Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional--Continuação**

Cumprir destacar que, em razão dos procedimentos contábeis adotados, embora as receitas de pedágio sejam recorrentes e apresentem comportamento regular, o contas a receber registrado no ativo circulante contempla apenas os valores correspondentes aos pedágios reconhecidos e a vencer no mês imediatamente subsequente ao encerramento do exercício, não refletindo integralmente a capacidade recorrente de geração de caixa da Companhia.

A Administração avaliou os fluxos de caixa futuros provenientes de suas operações recorrentes e concluiu que tais fluxos, em conjunto com o aporte de capital realizado, são suficientes para a cobertura dos passivos circulantes existentes na data-base. Dessa forma, não há incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia no horizonte de curto e médio prazo.

### **2. Base de preparação**

#### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 27 de abril de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

#### **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### **2.3. Uso de estimativas e julgamento**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

## **Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação--Continuação**

#### **2.3. Uso de estimativas e julgamento--Continuação**

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem efeito mais significativo nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

(i) Principais fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras. Segue abaixo itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e consideram a plena recuperação dos investimentos no âmbito da relicitação da concessão, conforme Nota 1, e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

## **Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação--Continuação**

#### **2.3. Uso de estimativas e julgamento--Continuação**

##### Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

##### Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

##### Provisão para manutenção

A provisão de manutenção é decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias para mantê-las nos níveis preestabelecidos de utilização, conforme determinado pelo poder concedente.

##### Provisão para compartilhamento de riscos

O Contrato de Concessão estabelece mecanismos de compartilhamento de riscos associados à variação do volume de tráfego projetado e aos eventos que possam gerar desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

O mecanismo de Risco Compartilhado de Tráfego prevê compensações financeiras entre a Companhia e o Poder Concedente quando o volume de tráfego real apurado diverge, acima de determinados limites contratuais, das projeções originalmente estabelecidas no plano de negócios da concessão

## **Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Base de preparação--Continuação**

#### **2.3. Uso de estimativas e julgamento--Continuação**

##### Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão. No que se refere aos ativos intangíveis, estes são amortizados ao longo do prazo da concessão, sendo a despesa de amortização reconhecida de forma sistemática com base na curva de tráfego, de modo a refletir o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados a esses ativos.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos.

#### **2.4. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na Nota 22.

### **3. Políticas contábeis materiais**

#### **3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

#### **3.2. Contas a receber**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Companhia registra perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, e faz periodicamente testes de recuperabilidade dos seus recebíveis.

## **Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **3.3. Imobilizado**

Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

#### **3.4. Intangível**

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão (Direito de exploração da infraestrutura conforme ICPC 01 (R1) (IFRIC12) e direitos de uso de software, registrados ao custo de formação.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados ao longo do prazo da concessão, sendo a despesa de amortização reconhecida de forma sistemática com base na curva de tráfego, de modo a refletir o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados a esses ativos, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens dos ativos intangíveis, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda ao seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor contábil.

## **Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **3.4. Intangível--Continuação**

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente.

#### **3.5. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e as obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37), sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre quando a perda for avaliada com provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas serem divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da possibilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

## **Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **3.6. Provisões para manutenção**

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão.

#### **3.7. Partes relacionadas**

A Companhia realiza transações com partes relacionadas no curso normal de seus negócios, as quais incluem, principalmente, operações com acionistas, empresas sob controle comum, controladoras e membros da administração.

As transações com partes relacionadas compreendem, entre outras, prestação e contratação de serviços administrativos e operacionais, compartilhamento de estruturas corporativas, contratos de financiamento, mútuos, garantias, locações e outros acordos operacionais. Tais operações são realizadas em bases compatíveis com aquelas praticadas com terceiros independentes, observando condições de mercado vigentes à época de sua realização.

Os saldos decorrentes de transações com partes relacionadas são reconhecidos inicialmente pelo valor justo da contraprestação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, quando aplicável, considerando as condições contratuais pactuadas.

#### **3.8. Tributos sobre o lucro**

A Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas para fins de determinação do lucro real.

Os impostos diferidos são constituídos para diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se aplicável

## **Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **3.9. Arrendamento mercantil**

Com a adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16), a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da amortização dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira apurada com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil. Os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos são reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

#### **3.10. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

#### **3.11. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

## **Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **3.12. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e fornecedores.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

## **Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **3.12. Instrumentos financeiros--Continuação**

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

#### **3.13. Impostos sobre as vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

## **Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **3.13. Impostos sobre as vendas--Continuação**

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3%; e
- Imposto sobre serviços (ISS) - 2% a 5%.

#### **3.14. Apuração do resultado**

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do pagamento ou recebimento.

#### **3.15. Contratos de concessão - ICPC 01 (R1) / (IFRIC 12)**

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o Contrato de Concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato de concessão.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura.

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.16. Reconhecimento de receita

a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas extraordinárias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza as receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - contrato de concessão (IFRIC 12).

A margem de construção é calculada a valor zero, os valores contratados de terceiros para os serviços de construção estão considerados a valor justo e não há empresa contratada para gerenciamento das obras.

c) Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes

##### Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

##### Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

## **Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis materiais--Continuação**

#### **3.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--**

Continuação

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial--Continuação

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### **3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

##### IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes:

- A receita de aluguel, a variação no valor justo de propriedades para investimento e a participação no lucro de uma coligada e de um empreendimento conjunto serão classificadas na categoria de investimento, dentro da demonstração do resultado.
- As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio.
- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

##### IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação

- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo o CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

##### IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Não se espera que as alterações tenham efeitos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

##### Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

##### Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros--Continuação

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

##### Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa).

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

##### Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11--Continuação

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

##### Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não rerepresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis materiais--Continuação

#### 3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

##### Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais--Continuação

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Numerário em trânsito	576	-
Fundo de troco	44	-
Caixa e contas bancárias	983	1.011
Aplicações financeiras (i)	88.111	136.888
<b>Total</b>	<b>89.714</b>	<b>137.899</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia.

(i) Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras eram compostas principalmente por CDBs e aplicações automáticas indexadas ao CDI, remuneradas a taxas que variam entre 98,75% e 100,25% do CDI (91,00% a 98,75% em 2024).

### 5. Contas a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Pedágio eletrônico a receber	40.993	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD (i)	(1.379)	-
<b>Total</b>	<b>39.614</b>	<b>-</b>

(i) A Companhia faz uma avaliação mensal de seus títulos vencidos e reconhece estimativa para perda de crédito esperado a medida que se torne improvável o seu recebimento. O reconhecimento de PECLD é feito com base em contas a receber de evasores. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu R\$1.379 como perdas de créditos efetivas. Os demais títulos vencidos possuíam perspectiva de recuperação no curto prazo, dessa forma, não houve a constituição de provisão para perda de crédito esperada sobre esse contas a receber.

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Contas a receber--Continuação

O aging do contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é evidenciado no quadro abaixo:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A vencer	40.341	-
Vencidos acima de 1 mês	652	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(1.379)	-
<b>Total</b>	<b><u>39.614</u></b>	<b><u>-</u></b>

### 6. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	180.745	(11.561)
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	<b>(61.453)</b>	3.931
Ajustes para alíquota efetiva		
Adições permanentes		
Despesas com eventos	141	-
Amostras	57	-
Multas indedutíveis	24	-
Incentivos fiscais (PAT)	(107)	-
<b>Total</b>	<b><u>(61.338)</u></b>	<b><u>3.931</u></b>
Imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(98.149)	-
Diferidos	36.811	3.931
<b>Total</b>	<b><u>(61.338)</u></b>	<b><u>3.931</u></b>
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<b><u>33,94%</u></b>	<b><u>(34,01)%</u></b>

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	2025	2024
<b>Base - Ativo fiscal diferido</b>		
Prejuízo fiscal e base negativa	-	11.564
Provisão de riscos compartilhados de tráfego	31.557	-
Provisão - Staff Costs	20.519	-
Provisão - Success Fee	15.320	-
Provisão - Advisors Costs	11.798	-
Provisão para manutenção - pavimento	10.660	-
Provisão para fornecedores	6.513	-
Provisão - MTSA - Management & Technical Service Agreement	6.258	-
Provisão - IALA	4.716	-
Participação nos lucros e resultados (PLR)	5.096	-
Provisão de expatriados	3.968	-
Arrendamento mercantil	1.976	-
Perdas estimadas com crédito de liquid. duvid. - PECLD	1.379	-
Contingências cíveis	59	-
Outras provisões	12	-
	<b>119.831</b>	<b>11.564</b>
<b>Ativo fiscal diferido líquido</b>	<b>40.742</b>	<b>3.931</b>

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Direito de uso e arrendamentos

#### a) Direito de uso

	Veículos	Imóveis	Total
<b>Saldo em 06 de novembro de 2024</b>	-	-	-
(+) Adições	<b>7.324</b>	<b>2.078</b>	<b>9.402</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>7.324</b>	<b>2.078</b>	<b>9.402</b>
<b><u>Depreciação acumulada</u></b>			
<b>Saldo em 06 de novembro de 2024</b>	-	-	-
(-) Depreciação	<b>(475)</b>	<b>(750)</b>	<b>(1.225)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(475)</b>	<b>(750)</b>	<b>(1.225)</b>
<b><u>Direito de uso líquido</u></b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<b>6.849</b>	<b>1.328</b>	<b>8.177</b>
Taxa de amortização - a.a.	25,00%	33,33%	

#### b) Passivo de arrendamento

	2025	2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	-	-
(+) Adições	<b>9.402</b>	-
(+) Remensuração de contratos	-	-
(+) Juros	<b>277</b>	-
(-) Pagamentos - principal	<b>(454)</b>	-
(-) Pagamentos - juros	<b>(277)</b>	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>8.948</b>	-
Circulante	<b>3.684</b>	-
Não circulante	<b>5.264</b>	-

Em seu reconhecimento inicial os arrendamentos mercantis são mensurados pelo valor presente dos pagamentos considerando a taxa de 9,21% a.a.

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Direito de uso e arrendamentos--Continuação

#### b) Passivo de arrendamento--Continuação

Abaixo é demonstrado o passivo de arrendamento não circulante, por ano de vencimento:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
2027	2.460	-
2028	2.260	-
2029	544	-
<b>Total</b>	<b>5.264</b>	<b>-</b>

### 8. Imobilizado

	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Outras imobilizações</u>	<u>Total</u>
<b><u>Custo do imobilizado</u></b>						
Saldo em 06 de novembro de 2024	-	-	-	-	-	-
(+) Adições	2.807	-	-	-	-	2.807
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.807</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.807</b>
(+) Adições	129	1.274	1.704	6.900	2.967	12.974
(-) Baixas	(94)	-	-	-	-	(94)
(-) Transferências	(94)	-	(390)	-	(470)	(954)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.748</b>	<b>1.274</b>	<b>1.314</b>	<b>6.900</b>	<b>2.497</b>	<b>14.733</b>
<b><u>Depreciação acumulada</u></b>						
Saldo em 06 de novembro de 2024	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação	(47)	-	-	-	-	(47)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(47)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(47)</b>
(-) Depreciação	(90)	(121)	(139)	(196)	(42)	(588)
(+) Baixas	-	-	-	-	-	-
(+) Transferências	-	-	74	-	-	74
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(137)</b>	<b>(121)</b>	<b>(65)</b>	<b>(196)</b>	<b>(42)</b>	<b>(561)</b>
<b><u>Imobilizado líquido</u></b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.760	-	-	-	-	2.760
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.611	1.153	1.249	6.704	2.455	14.172
Taxa de depreciação - a.a.	20%	10%	10%	20%	20%	

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Intangível

	Software	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Total
<b><u>Custo do intangível</u></b>			
<b>Saldo em 06 de novembro de 2024</b>	-	-	-
(+) Adições	5.037	310.376	315.413
(-) Baixas	-	(2)	(2)
(+) Transferências de infraestrutura em construção	(3.582)	4.462	880
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.455</b>	<b>314.836</b>	<b>316.291</b>
<b><u>Amortização acumulada</u></b>			
<b>Saldo em 06 de novembro de 2024</b>	-	-	-
(-) Amortização	(145)	(2.654)	(2.799)
(+) Baixas	-	-	-
(+) Transferências	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(145)</b>	<b>(2.654)</b>	<b>(2.799)</b>
<b><u>Intangível líquido</u></b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.310	312.182	313.492
Taxa de amortização - a.a. - 2024	0%	0%	
Taxa de amortização - a.a. - 2025	20%	0%	

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, praças de pedágio, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados pela curva de tráfego até o final do período da concessão.

Os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de constituição de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor recuperável, conforme requerido pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36). Com base nas análises realizadas, a Companhia concluiu que não há indicativos adicionais que levassem à necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2025.

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores nacionais	7.551	3.381
Fornecedores - obras	24.882	-
Fornecedores - serviços	10.888	-
Fornecedores capex	8.621	-
Fornecedores - retenções contratuais	6.733	-
Outros	3.000	-
<b>Total</b>	<b>61.675</b>	<b>3.381</b>

### 11. Obrigações tributárias

	2025	2024
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	13.897	-
Impostos sobre serviços - ISS	2.936	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.676	-
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	1.021	2
Programa de integração social - PIS	360	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	145	194
Contribuição retida na fonte - CSRJ	16	-
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	37.263	-
Pis / Cofins / Cslil de terceiros - PCC	192	589
<b>Total</b>	<b>57.506</b>	<b>785</b>

### 12. Provisão de riscos compartilhados

#### a) Contexto contratual

O Contrato de Concessão estabelece mecanismos de compartilhamento de riscos associados à variação do volume de tráfego projetado e aos eventos que possam gerar desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

O mecanismo de Risco Compartilhado de Tráfego prevê compensações financeiras entre a Companhia e o Poder Concedente quando o volume de tráfego real apurado diverge, acima de determinados limites contratuais, das projeções originalmente estabelecidas no plano de negócios da concessão.

O mecanismo de DUF - Desconto de Usuários Frequentes contempla a recomposição do equilíbrio contratual nas hipóteses previstas no contrato, incluindo alterações unilaterais, eventos extraordinários, mudanças regulatórias ou outros fatores que impactem significativamente as premissas econômico-financeiras originalmente pactuadas.

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Provisão de riscos compartilhados--Continuação

#### b) Movimentação da provisão

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$31.557 referente a provisão de riscos compartilhados de tráfego e Desconto de Usuários Frequentes - DUF (R\$0 em 31 de dezembro de 2024).

	DUF	Risco Compartilhado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	-	-	-
(+) Provisão	2.325	29.232	31.557
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.325	29.232	31.557

A constituição ou reversão da provisão é reconhecida no resultado do exercício na rubrica "Custos contratuais da concessão".

### 13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

#### a) Processos com perda provável

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$59 referente a perdas prováveis de causas judiciais (R\$0 em 31 de dezembro de 2024).

	Cíveis	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	-	-
(+) Provisão	59	59
Saldos em 31 de dezembro de 2025	59	59

#### b) Processos com perda possível

A Companhia possui riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não determinam sua contabilização.

	2025
Cível (a)	1.344
Trabalhista (b)	336
<b>Total</b>	<b>1.680</b>

(a) Demandas indenizatórias fundadas em responsabilidade cível.

(b) Reclamações trabalhistas e indenizações.

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Partes relacionadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, os saldos com partes relacionadas referem-se às transações demonstradas no quadro abaixo, que foram realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

	<u>2025</u>
<b>Passivo circulante</b>	
Provisão BID costs - Vinci Highways SAS (Acionista) (i)	<b>48.820</b>
MTSA - <i>Management &amp; technical service agreement</i> - Vinci Highways SAS (Acionista) (ii)	<b>6.258</b>
IALA - Vinci Highways SAS (Acionista) (iii)	<b>4.716</b>
Internal staff costs - Vinci Highways do Brasil (mesmo grupo econômico) (iv)	<b>1.827</b>
<b>Total de passivos com partes relacionadas</b>	<b><u>61.621</u></b>
	<u>2025</u>
<b>Resultado</b>	
Serviços estrangeiros	<b>48.502</b>
Taxas, impostos e cartório	<b>11.292</b>
Prestadores de serviços	<b>1.827</b>
<b>Total</b>	<b><u>61.621</u></b>

(i) custo com consultores relacionados ao estudo de BID (custos de estudos/licitação para viabilidade do projeto da Companhia)

(ii) serviços técnicos de gestão, relacionados ao estudo do BID, *success fee* e tributos sobre operações;

(iii) remuneração sobre receita operacional.

(iv) provisão com custos internos de pessoal.

#### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

O montante de remuneração pago pela Companhia aos seus administradores foi registrado nas rubricas de despesas gerais e administrativas .

A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>2025</u>
Remuneração fixa	<b>2.329</b>
<b>Total de Remuneração dos administradores</b>	<b><u>2.329</u></b>

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Outras Obrigações

	<u>2025</u>
Recursos vinculados (i)	9.036
Seguros a pagar	418
Aluguéis a pagar	74
Outras contas a pagar	417
<b>Total de outras obrigações</b>	<b><u>9.945</u></b>
<b>Circulante</b>	<b>9.528</b>
<b>Não circulante</b>	<b>417</b>

(i) Correspondem a 2% sobre o total da receita efetivamente recebida, conforme previsto no contrato de concessão, os quais deverão ser repassados à ANTT.

### 16. Provisão para manutenção

A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas na mensuração da provisão de manutenção de seus ativos, conforme requerido pelas práticas contábeis aplicáveis.

	<u>2025</u>
Provisão para manutenção - Pavimento	10.661
<b>Total de provisão para manutenção</b>	<b><u>10.661</u></b>
<b>Mapa de movimentação</b>	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2025</b>	-
(+) Provisão	15.575
(-) AVP	(5.304)
(+) Atualização monetária	390
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b><u>10.661</u></b>

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Capital Social subscrito da Companhia totaliza R\$300.700, dividido em 300.700.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Desse montante, R\$150.572 encontram-se integralizados, representando os valores já aportados pelos acionistas e R\$150.128 encontram-se a integralizar, correspondendo aos valores ainda não aportados pelos acionistas, conforme prazos e condições estabelecidos no Estatuto Social e/ou em atas de assembleia.

O saldo a integralizar está registrado como redutor do Capital Social no Patrimônio Líquido, até que ocorra sua efetiva realização financeira.

<u>Sócios</u>	<u>Tipo de ação</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
Vinci Highways	Ordinárias	300.700	300.700	100%
		<b>300.700</b>	<b>300.700</b>	<b>100%</b>

#### b) Dividendos a pagar

Aos acionistas são garantidos dividendos de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo de R\$106.188, registrado na rubrica "Dividendos a pagar", refere-se a dividendos constituídos do exercício de 2025.

	<b>2025</b>
Lucro líquido do exercício	119.407
Absorção de prejuízos	(7.630)
Constituição de reserva legal	(5.589)
<b>Base para distribuição</b>	<b>106.188</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	<b>26.548</b>
Dividendos adicionais	<b>79.640</b>

#### c) Reserva legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 o total de reserva legal é de R\$5.589 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024).

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Receita operacional líquida

	2025	2024
<b>Receitas operacionais</b>		
Receita de serviços prestados	471.608	-
Receitas acessórias	245	-
Receita de serviços de construção	305.327	-
<b>Receita bruta</b>	<b>777.180</b>	-
<b>Deduções da receita</b>		
Tributos sobre receita de serviços prestados	(39.345)	-
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>737.835</b>	-

### 19. Custos e despesas por natureza

	2025	2024
<b>Custos e despesas</b>		
Custo de construção e infraestrutura	(305.327)	-
Custos com provisão para manutenção	(15.575)	-
Custos contratuais da concessão	(7.018)	-
Custo verba fiscalização	(8.235)	-
Recursos vinculados	(9.036)	-
DUF provisão risco demanda	(2.325)	-
Provisão risco compartilhado	(29.232)	-
Custos com pessoal	(36.134)	-
Serviços de terceiros	(122.574)	(11.789)
Material, equipamentos e veículos	(12.875)	-
Gastos Gerais	(9.076)	-
Impostos, Taxas e Cartório	(11.597)	-
Multas Dedutíveis	(5.950)	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(1.379)	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(59)	-
Depreciação e amortização	(4.612)	(47)
Despesas com tributos e contribuições	(426)	(572)
Venda de sucata	2.304	-
<b>Total</b>	<b>(579.126)</b>	<b>(12.408)</b>
Custo dos serviços prestados	(478.366)	-
Despesas gerais e administrativas	(103.064)	(12.408)
Outras receitas	2.304	-
<b>Total</b>	<b>(579.126)</b>	<b>(12.408)</b>

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicações financeiras	17.903	847
Ajuste a valor presente sobre manutenção de pavimento (Nota 16)	5.304	-
Outras receitas	72	-
<b>Total</b>	<u>23.279</u>	<u>847</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre arrendamento	(277)	-
Variações monetárias - provisão de manutenção	(390)	-
Outras despesas	(576)	-
<b>Total</b>	<u>(1.243)</u>	<u>-</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u>22.036</u>	<u>847</u>

### 21. Resultado por ação

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro/(Prejuízo) atribuível aos detentores de ações ordinárias	119.407	(7.630)
Média ponderada das ações ordinárias	300.700	300.700
<b>Lucro/(Prejuízo) básico/diluído por ação - R\$</b>	<u>0,40</u>	<u>(0,03)</u>

## **Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**

a) Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de taxa de juros; Risco de mercado; e Risco regulatório.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

b) Risco de crédito

A Companhia visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

#### b) Risco de crédito--Continuação

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	<u>Mensuração</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Aplicação financeira	Valor justo por meio do resultado	88.111	136.888
Contas a receber (i)	Custo amortizado	39.614	-
<b>Total</b>		<b>127.725</b>	<b>136.888</b>

(i) O contas a receber está apresentado líquido da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo bruto de contas a receber totalizava R\$ 40.993, sendo reconhecida PECLD no montante de R\$1.379, equivalente a 3,36% do saldo bruto (R\$0 em 2024).

#### c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

<u>2025</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>1 a 5 anos</u>	<u>&gt; 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	n.a	61.675	-	-	61.675
Passivo de Arrendamento	9,21% aa	3.684	5.264	-	8.948
Partes relacionadas	n.a	61.621	-	-	61.621
<b>Total</b>		<b>126.980</b>	<b>5.264</b>	<b>-</b>	<b>132.244</b>

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de liquidez

<u>2024</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>1 a 5 anos</u>	<u>&gt; 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	n.a	3.381	-	-	3.381
<b>Total</b>		<b>3.381</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.381</b>

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez como segue:

	<u>Mensuração</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores	Custo amortizado	61.675	3.381
Partes relacionadas	Custo amortizado	61.621	-
Outras Obrigações	Custo amortizado	9.945	-
Dividendos a pagar	Custo amortizado	106.188	-
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	3.070	-
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	8.948	-
<b>Total</b>		<b>251.447</b>	<b>3.381</b>

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

## **Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação**

#### e) Risco regulatório

O Contrato de Concessão estabelece um rol não exaustivo de obrigações do poder concedente e da Companhia, incluindo o regramento específico sobre a alocação de riscos entre a Companhia e poder concedente. Considera-se desequilibrado o contrato de concessão quando qualquer das partes sofrer os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado, que comprovadamente promova desbalanceamento da equação econômico-financeira do contrato. Isso significa que eventuais impactos aos resultados da Companhia em virtude de descumprimento de obrigações contratuais do poder concedente e/ou de materialização de riscos a ele alocados poderão ensejar compensações à Companhia pelos meios de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstos no contrato - como a alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras formas, inclusive, a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O inadimplemento de obrigações contratuais ordinárias, inclusive de natureza financeira (contraprestações e aportes), por parte do poder concedente, especialmente no caso de contratos de parceria público-privada, poderá impedir o cumprimento integral dos compromissos contratuais da Companhia, inclusive os de natureza financeira, e causar diminuição de receita, acréscimo de custos, diminuição ou a perda de lucros. No caso de inadimplemento do contrato de concessão pelo poder concedente, a Companhia poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias do contrato de concessão, que incluem instauração de arbitragem ou, em se tratando de direito indisponível, acionamento do poder judiciário, para pleitear a defesa de seus direitos. A Companhia poderá, ainda, apresentar ação judicial de rescisão do contrato de concessão, com fundamento no art. 39 da lei nº 8.987/1995, em razão de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, hipótese em que os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. No caso de rescisão, a Companhia terá direito à indenização pelos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados até o momento da extinção contratual. Não há como garantir que os processos arbitrais ou judiciais serão julgados favoravelmente à Companhia, ou que as respectivas decisões serão proferidas e/ou executadas em tempo hábil a fim de evitar impactos materiais adversos na concessão, tampouco que a indenização será suficiente para compensar integralmente os investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados.

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

#### f) Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para acionistas e credores.

	2025	2024
Fornecedores	61.675	3.381
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(89.714)	(137.899)
<b>Dívida líquida (Caixa líquido de dívidas)</b>	<b>(28.039)</b>	<b>(134.518)</b>
Patrimônio líquido	(156.161)	(142.942)
<b>Capital social e dívida líquida</b>	<b>(184.200)</b>	<b>(277.460)</b>

#### g) Análise de sensibilidade

##### *Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das aplicações financeiras da Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros sobre aplicações financeiras (i)	Baixa do CDI	18.779	14.084	9.389
Juros a incorrer, líquidos		<b>18.779</b>	<b>14.084</b>	<b>9.389</b>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - redução de 25%	Cenário III - Redução de 50%
CDI (i)	14,32	11,46	9,55

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

#### h) Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 são como segue:

<u>Classificação - Custo amortizado</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Caixa e equivalentes de caixa	89.714	89.714
Aplicações financeiras vinculadas	8.956	8.956
Contas a receber	39.614	39.614
Fornecedores	61.675	61.675
Partes relacionadas	61.621	61.621
Outras obrigações	9.945	9.945
Dividendos a pagar	106.188	106.188
Adiantamentos de terceiros	3.070	3.070
Passivo de arrendamento	8.948	9.225

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado com base em técnicas de avaliação que utilizam dados observáveis de mercado, quando disponíveis.

A Companhia classifica o valor justo de seus instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia estabelecida no CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), conforme segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas são observáveis direta ou indiretamente no mercado;
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas não são baseadas em dados observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia foram classificados no Nível 2 da hierarquia do valor justo.

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Seguros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

	2025	
	Vigência Vencimento	Limites de indenização
<b>Riscos cobertos</b>		
Reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros	30/01/2026	60.000
Riscos diversos	03/02/2026	60.000
Executante concessionário, multas e penalidades	30/01/2028	321.174
Bem público representado pelo sistema rodoviário denominado BR-040 / GO / MG	30/01/2026	220.000

### 24. Obrigações assumidas

Os investimentos previstos para os 7 primeiros anos são de aproximadamente R\$3.800.000 de reais. Esses investimentos incluem obras, manutenção e operação da rodovia. Entre as principais intervenções prevista em contrato, há 342km de faixas adicionais, 61,6km de vias marginais, 34 passarelas, 5 passagens subterrâneas, 272 pontos de ônibus, 18 passagens de fauna, 226 acessos e 2 pontos de parada e descanso para caminhoneiros. O contrato assinado com o a União prevê investimentos de R\$12.000.000 - ao longo dos 30 anos - em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R\$332.000.

A Companhia firmou condições tarifárias e benefícios aos usuários como 14,32% de desconto na tarifa de pedágio, isenção de pedágio para motocicletas, desconto de 5% para usuários com TAG (DBT) e desconto progressivo de até 70% para usuário frentes (DUF).

## Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Transações não caixa

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	<b>Nota explicativa</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Reconhecimento do Direito de uso, pronunciamento técnico CPC 06 (R2)	7	<b>9.402</b>	-
Fornecedores aquisição de intangível (a)		<b>33.502</b>	-
Dividendos propostos		<b>106.188</b>	-

(a) Valores pagos/creditados no período referente aquisição de períodos anteriores e que conciliam com aquisição de intangível do período.

### 26. Eventos subsequentes

Em fevereiro de 2026, após a data-base das demonstrações financeiras, foi realizada a integralização de capital no montante de R\$ 157.000, pela controladora da Companhia, referente a capital anteriormente subscrito e não integralizado, no âmbito da sua estrutura societária.

Como resultado dessa operação, a Vinci Highways do Brasil passou a integrar o quadro societário da Companhia, tornando-se uma de suas sócias.

Em reunião realizada em 06 de abril de 2026, após a data-base das demonstrações financeiras, foi eleita a Sra. Mirna Santiago Vieira para o cargo de Diretora de Finanças e Relações com Investidores, em substituição ao Sr. François Xavier Marie Gabriel Arhanchiague.

Na mesma data, o Sr. Mario dos Santos foi indicado para o cargo de Diretor sem Designação Específica, cuja eleição está condicionada à obtenção de autorização de residência para imigrante administrador com poderes de gestão, a ser concedida pela Secretaria Nacional de Justiça. Até a data de autorização das presentes demonstrações financeiras, a referida autorização ainda não havia sido concedida.